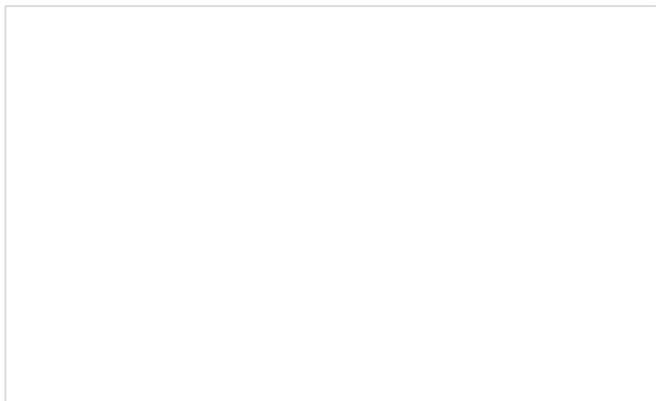


Distribuidoras de bebidas são alvo de operação da Receita Estadual e Polícia Civil em Minas

Ter 12 dezembro



Receita Estadual / Divulgação

A Receita Estadual e a [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) deflagraram, na manhã desta terça-feira (12/12), a primeira fase da operação "E agora, José?", de combate à sonegação fiscal de ICMS no segmento de bebidas.

Os alvos são oito empresas distribuidoras localizadas em Belo Horizonte e Contagem, suspeitas de movimentarem R\$ 306 milhões em mercadorias sem o devido recolhimento do imposto.

A estimativa é que o prejuízo aos cofres públicos seja de, aproximadamente, R\$ 80 milhões nos últimos dois anos.

As investigações dão conta que, no período entre agosto de 2021 e outubro de 2023, as empresas simularam operações de compras de mercadorias se beneficiando do tratamento tributário previsto no comércio eletrônico destinado a consumidores finais, mas, de fato, comercializavam os produtos de empresa para outra empresa, por vezes sem a emissão de documentos fiscais e não recolhendo o ICMS devido ao Estado de Minas Gerais.

A principal empresa alvo desta etapa da operação comprou, em pouco mais de um ano, mais de R\$ 180 milhões em mercadorias, mas suas notas fiscais de vendas somam pouco mais de R\$ 11 milhões, no período.

Com a inexistência de estoques na empresa, a busca e a apreensão visam identificar as empresas que compraram as mercadorias sem nota fiscal para aumentar suas margens de lucro por meio da sonegação do imposto.

De acordo com o superintendente de Fiscalização da Receita Estadual, Carlos Renato Confar, o Fisco mineiro está adotando medidas rigorosas e eficazes para combater práticas ilícitas na comercialização de bebidas, garantindo a justa arrecadação de tributos e promovendo a equidade no mercado.

A estratégia de combate à



sonegação no setor inclui operações fiscais, cancelamento do registro de empresas, cassação de regimes especiais e responsabilização dos envolvidos nas fraudes.

"A sonegação fiscal é uma prática que prejudica não apenas os cofres públicos, mas também impacta negativamente a concorrência leal entre as empresas do setor de bebidas em Minas Gerais, precisando ser combatida

com todos os instrumentos legais, inclusive, a representação fiscal com fins penais dos envolvidos e o apoio de todos os parceiros institucionais da [Secretaria de Estado de Fazenda \(SEF\)](#) no combate ao crime contra a ordem tributária", afirmou.

Receita Estadual / Divulgação

Carlos Renato reforça que a Receita Estadual tem buscado a participação do setor privado na identificação de fraudes fiscais no setor de bebidas, estabelecendo diálogo com empresários e representantes do ramo para o acolhimento de denúncias de esquemas de sonegação.

A colaboração visa criar um ambiente mais transparente e justo, no qual as empresas que cumprem suas obrigações fiscais não sejam prejudicadas por aquelas que agem na ilegalidade.

“E agora, José?”

O nome da operação faz alusão ao poema do escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade, no sentido do Fisco acabando com a "festa" das empresas que agem na irregularidade.

Os trabalhos de buscas e apreensões realizados nesta terça-feira contaram com 30 auditores fiscais da Receita Estadual e 16 agentes da Polícia Civil.